

Data: 12/03/2020

Horário: 10h – 12h30m

Local: Sala 2

Participantes: Mauro, Washington e Amanda.

Marjorie ausente(em treinamento Flex).

PAUTA(s): Ações para auditorias internacionais conforme Portaria 79:2020

Portaria nº 79, de 04 de março de 2020.

Aprova condições extraordinárias para realização das atividades de avaliação da conformidade em países afetados pela epidemia do coronavírus (COVID-19).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo artigo 4º, § 2º, da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, combinado com o disposto nos artigos 3º, incisos II e III, da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, 18, inciso V, do Anexo I ao Decreto n.º 6.275, de 28 de novembro de 2007, e 105, inciso V, do Anexo à Portaria nº 2, de 4 de janeiro de 2017, do então Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, e item 4.1, alínea “a”, da Regulamentação Metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial;

Considerando a epidemia do coronavírus (COVID-19) que configura uma emergência de saúde pública de preocupação internacional (alto risco global);

Considerando a necessidade dos Organismos de Certificação de Produtos (OCP) realizarem atividades em fabricantes de produtos regulamentados pelo Inmetro localizados nos países afetados pela epidemia do coronavírus (COVID-19);

Considerando as informações contidas no documento IAF ID 3:2011 - IAF Informative Document for Management of Extraordinary Events or Circumstances Affecting ABs, CABs and Certified Organizations;

Considerando o que consta no processo SEI nº 0052600.001384/2020-74, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidas condições alternativas aos Organismos de Certificação de Produtos (OCP) para realização das atividades de avaliação da conformidade em plantas fabris localizadas em países afetados pela epidemia do coronavírus (COVID-19).

Segundo a OMS hoje são mais de 65 países afetados.

Continuamos com nossas atividades de programação dos eventos e somente em situações onde recebermos informações que não é possível que o evento ocorra, o evento será prorrogado com o uso do CIG23 do último evento para “fechar o processo” e emitir a confirmação de manutenção.

Nenhum escritório do BV até o momento está parado, alguns somente afirmam dificuldades de transporte local ou bloqueio de fronteira.

Para os eventos internacionais realizados por auditores brasileiros, todos foram cancelados. Tentaremos programar com auditores locais ou prorrogar o evento nos casos específicos (Osram).

Abaixo os países reportados pela holding.

82,539 confirmed cases of COVID-19 covering 47 countries:

- 78,630 cases in Mainland China
- 1,766 cases in South Korea
- 705 cases / others (Diamond Princess Cruise ship)
- 528 cases Italy
- 245 cases Iran
- 186 cases Japan
- 96 cases Singapore
- 92 Hong Kong
- 59 US
- 43 cases Kuwait
- 40 cases Thailand
- 33 Bahrain
- 32 Taiwan
- 26 Germany
- 23 Australia
- 23 Malaysia
- 18 France
- 16 Vietnam
- 15 Spain
- 15 UK
- 13 UAE
- 11 Canada
- 10 Macau, 6 Iraq, 5 Switzerland, 4 Oman, 3 Israel, 3 India, 3 Philippines, 3 Crotona, 3 Austria, 3 Greece, 2 Finland, 2 Sweden, 2 Russia, 2 Pakistan, 2 Lebanon, 1 Afghanistan, 1 Nepal, 1 Cambodia, 1 Norway, 1 Algeria, 1 Belgium, 1 Georgia, 1 Denmark

§ 1º O OCP deverá realizar uma análise de risco baseada nos registros das últimas auditorias internas, análises críticas da alta gestão da empresa e tratamentos de reclamações.

Considerando que nem todas as plantas realizam auditorias internas e muito menos análise crítica da alta gestão, iremos considerar o CIG23 do último evento. As auditorias de tratamento de reclamações continuarão a serem realizados normalmente, pois ocorrem no Brasil.

Algumas plantas Brasileiras são abastecidas pelo exterior, já sinalizaram que estão também estão impossibilitadas de receber auditoria. Considerando que hoje o Brasil já é um dos países afetados e consta na lista da OMS, iremos considerar os mesmos critérios da portaria 79:2020.

§ 2º Após a análise mencionada no § 1º, o Organismo poderá tomar a decisão de adiar a auditoria de manutenção ou recertificação.

A decisão o CIG23 do último evento com a prorrogação do evento ocorrerá quando a programação receber as justificativas dos contatos (clientes internos e externos). Os e-mails com as evidências da impossibilidade devem ser salvos na pasta do evento pela programadora.

Somente para essas situações poderá ser considerado esse critério, caso contrário, continuaremos com a tentativa de programação no prazo proposto.

Isso vai evitar retrabalho e uso da portaria fora do objetivo da mesma.

§ 3º O adiamento da auditoria por decisão documentada do OCP, não impede a emissão do documento de confirmação da manutenção ou do certificado, no caso de recertificação, nos prazos previstos no RAC específico do objeto.

Emitiremos a confirmação de manutenção ou o certificado(se for recert), desde que os ensaios tenham sido realizados e considerados conformes. Somente a auditoria de fábrica pode ser prorrogada, caso contrário o processo continuará aberto.

Incluir no RA os mesmos documentos da auditoria do evento anterior(2018/2019) e no campo observação, deverá ser registrado as condições que levaram ao uso do mesmo relatório.

§ 4º Ocorrendo o adiamento previsto no § 2º, a auditoria deverá, necessariamente, ser realizada no prazo máximo de 6 meses, a contar da data em que a decisão for registrada pelo OCP.

Os 6 meses serão contados à partir da emissão da carta de confirmação de manutenção. Informar através de e-mail a programadora qual o prazo máximo assim que fizer a decisão.

A programação não deve alterar as datas já previstas no Siebel, pois os para os próximos eventos, tudo seguirá normalmente.

§ 5º No caso de adiamento da auditoria e a mesma ocorrendo fora do período de manutenção atual, cabe ao OCP a decisão, considerada nova análise de risco, quanto à realização da auditoria regular do período de manutenção seguinte.

No caso de eventos com prazos a cada 6 ou 8 meses, realizar um único evento.

Ex: Auditoria com vencimento em Março(2ªS) e Setembro(3ªS). Caso o evento ocorra excepcionalmente em Junho, considerar a realização da 2ª e 3ª SEMESTRAL no mesmo evento.

Lembrando que os ensaios devem ser realizados, isso só se aplica ao evento auditoria.

§ 6º Caso a análise de risco prevista no § 1º não suporte o adiamento da auditoria, o certificado deverá ser suspenso.

Devido a circunstância, nos casos onde não for possível a coleta e o ensaio dentro do prazo o vencimento da manutenção, iremos aguardar até 1º de julho de 2020 para suspender.

Essa decisão deverá ser justificada no RA devido ao risco assumido.

§ 7º Os ensaios deverão ser realizados pelo fabricante, que o fará em laboratórios de 1ª ou 3ª parte acreditados no Brasil ou no exterior, no âmbito do ILAC Mutual Recognition Arrangement (ILAC MRA), independente do critério de utilização de laboratórios previsto no RAC específico do objeto.

Onde não exista a possibilidade de coleta de amostras(Brasil ou exterior), iremos permitir o envio das amostras direto para o laboratório sem lacre.

Deve ser enviado o plano de ensaio/coleta ao cliente e informar o prazo de recebimento dos ensaios. Manter a programação em cópia.

No caso dos escopos de **Rodas de Alumínio, Pneus e Tubos de aço carbono**, iremos autorizar os ensaios de produção sem acompanhamento em amostras não lacradas pelo BV,

porém, deve-se manter segregado outras amostras, pois quando o evento auditoria ocorrer, faremos o acompanhamento, sendo assim, deve-se incluir no plano de coleta o dobro de amostras.

Exigir a entrega dos ensaios de produção para fechar o processo de manutenção ou recertificação e informar que serão novamente exigidos no dia do evento prorrogado.

Essa ação será necessária pois os ensaios são críticos e devem ocorrer em amostras do período de produção avaliado.

O fabricante que se recusar poderá ter o(s) certificado(s) suspenso.

Manter todo esse histórico no RA.

Art. 2º Devem ser mantidos registros das atividades previstas no art. 1º para apresentação ao Inmetro quando solicitado.

Todas as evidências devem ser mantidas salvas na pasta do evento e no RA. Após realizarmos a auditoria, um novo RA e nova decisão devem ser realizada.

No caso de NC maiores e/ou críticas, a situação deve ser levada a Gerencia para novas ações.

Art. 3º O disposto no art. 1º tem efeito no período de 1º de janeiro de 2020 a 1º de julho de 2020.

Somente os eventos que deveriam ocorrer nesse período ou manutenções que vencem nesse período serão considerados pelas ações acima. Eventos programados para períodos posteriores a Julho ou com vencimento após Julho não estão contemplados por essas ações.

Caso novas decisões sejam tomadas pela CGRE ou pela OMS, nos reuniremos novamente para novas decisões.